

No jornalismo não há fibrose

Felipe Pena *

No jornalismo, não há fibrose. O tecido atingido pela calúnia não se regenera. As feridas abertas pela difamação não cicatrizam. A retratação nunca tem o mesmo espaço das acusações. E mesmo que tivesse, a credibilidade do injustiçado não seria restituída, pois a mentira fica marcada no imaginário popular. Quem tem a imagem pública manchada pela mídia não consegue recuperá-la. Está condenado ao ostracismo.

Faço questão de lembrar o caso da Escola Base para exemplificar este raciocínio. O dono da instituição de ensino foi acusado de pedofilia, teve seu nome publicado nos jornais, mas acabou inocentado, pois se verificou que tudo não passava de uma manipulação de informações. Entretanto, vale perguntar: mesmo sabendo que o dono é inocente, quem matricularia seu filho nesta escola? Na maioria das vezes, responder com sinceridade a esta questão significa verificar que a fibrose realmente é impossível no jornalismo.

Somos cruéis em nossos julgamentos. Na maioria das vezes, esquecemos que eles são mediados. Se não forem pela imprensa, podem ser pelos nossos próprios preconceitos, pelo inconsciente ou pela linguagem. Em quase todos os casos, são por todos esses fatores juntos. Os maniqueísmos se apresentam e o veredicto acaba se resumindo à velha luta entre o bem e o mal. Só que os indivíduos são muito mais complexos do que isso.

A identidade é descentrada e fragmentada. Tem lugar para contradições e ambigüidades. Classe, gênero, sexualidade, etnia, nacionalidade, raça e outras tantas identificações formam uma estrutura complexa, instável e, muitas vezes, deslocada. Nas contradições e deslocamentos estão os fractais da identidade. Ninguém é totalmente bom ou totalmente ruim, mas sim a soma de todos os seus fractais. Definições totalizantes e verdades absolutas revelam apenas a mais torpe forma de arrogância. E são a causa de julgamentos precipitados.

Não há como discutir ética sem levar em conta os conceitos acima. É preciso perceber que as fronteiras teóricas da atualidade são muito tênues. Não há mais lugar para definições messiânicas, utilizadas de forma maniqueísta para satisfazer as simplificações conceituais. O que chamamos de conduta ética refere-se à interpretação de uma determinada atitude. E essa própria atitude pode ser construída e reconstruída de acordo com o parâmetro da interpretação, já que está inserida em uma teia de conexões e complexas estruturas. Como o jornalismo.

Uma das definições mais criativas de ética jornalística foi esculpida no livro A regra do jogo pelo colega Cláudio Abramo: “Sou jornalista, mas gosto mesmo é de marcenaria. Gosto de fazer móveis, cadeiras, e minha ética como marceneiro é igual à minha ética como jornalista – não tenho duas. Não existe uma ética específica do jornalista: sua ética é a mesma do cidadão.”

Abramo rejeita uma conduta específica para a profissão. Para ele, os valores inerentes à ética só fazem sentido se estiverem inscritos no conjunto da sociedade, como um sistema interligado. Não é possível estabelecer critérios para um determinado grupo se

eles entrarem em conflito com as idéias e as representações da coletividade. Como ter um código para os jornalistas se, por exemplo, ele estiver em confronto com o código penal? Então, prevalecem os valores consensuais.

Os valores, no entanto, precisam estar balizados. Ou seja, precisam de referências. E as referências acabam sendo expostas em normas. É nesse ponto que está a grande dificuldade. Em geral, o indivíduo é julgado como ético se seguir os valores vigentes em seu tempo e seu lugar, adequando-se à moral de seu grupo social. Mas o que acontece se ele se basear em ideais que não correspondem aos valores prevalecentes no seu meio? Será considerado anti-ético? Ou, pelo contrário, ficará marcado como um homem à frente de seu tempo? Neste caso, se existe uma ética individual, como constituir uma ética para reger o grupo? A resposta não é simples.

Para Marilena Chauí, “ética é aquela parte da filosofia que se dedica à análise dos próprios valores e das condutas humanas, indagando sobre seu sentido, sua origem, seus fundamentos e finalidades.” Ou seja, voltamos à questão proposta anteriormente: a interpretação. Indagar sobre sentido, origens e fundamentos é interpretar os valores de acordo com seus balizadores. É o que vai dar melhores subsídios, embora não definitivos, para identificar uma atitude anti-ética.

Em novembro de 1993, Ibsen era forte candidato à presidência da república quando a revista *Veja* (a maior do Brasil e a quarta do mundo em circulação) publicou uma reportagem acusando-o de participar da quadrilha responsável pelo desvio de verbas no orçamento federal. Sob o título “Até tu, Ibsen?”, a capa da revista trazia o seguinte subtítulo: “um baluarte do congresso naufraga em dólares suspeitos”. Nas páginas interiores, outro sub-título denunciava a quantidade da suspeita: “A CPI descobre que o deputado Ibsen Pinheiro movimentou 1 milhão de dólares em sua conta e derruba um símbolo do legislativo.” A Manchete da reportagem era quase um veredicto: “Uma estrela na lama”.

Não é preciso uma análise semântica mais profunda para verificar o tom condenatório da reportagem. As palavras escolhidas são suficientemente conclusivas. O deputado está na lama. Naufraga em dólares suspeitos. Só que um erro grosseiro sustentava as metáforas: a quantia de um milhão era, na verdade, mil dólares. Fato que, segundo o jornalista Luis Costa Pinto, editor de *Veja* na época, foi descoberto pela revista antes da publicação, mas ignorado pelos seus superiores, que não queriam arcar com os prejuízos de mudar a capa. Onze anos após a reportagem, Costa Pinto trouxe a estória de volta ao noticiário, denunciando não só a revista como seu ex-editor executivo, Paulo Moreira Leite, que teria sugerido ao repórter encontrar um membro da CPI do orçamento para confirmar a quantia falsa. Na versão de Luis, o valor foi confirmado pelo deputado Benito Gama, que na época era coordenador da subcomissão de bancos da CPI. Assim, a informação estaria avalizada por uma fonte oficial e a capa não precisaria ser mudada.

A revista *Isto É*, uma das principais concorrentes de *Veja*, publicou a estória com destaque. Os mais importantes jornais do país repercutiram o depoimento de Luis Costa Pinto. Ibsen Pinheiro foi absolvido pela mídia nacional com onze anos de atraso. Tereza Cruvinel, umas das principais colunistas de política do país, concluiu que o ex-deputado “colheu o reconhecimento tardio de que houve erro numa das reportagens que fundamentaram o processo de sua cassação”. Alberto Dines, do alto de seu Observatório da Imprensa, foi poético na metáfora: “Nosso Dreyfus foi pisoteado por causa de uma

solerte mentira e não apareceu nenhum Zola ou Clemenceau para berrar que aquilo era falso, balela, intriga dos rivais políticos ou estúpido erro de aritmética”. E até Jô Soares abriu seu famoso programa de entrevistas para a defesa de Ibsen. Mesmo assim, queria propor duas perguntas para a reflexão: 1- A retratação foi suficiente para reparar os prejuízos sofridos por Ibsen? 2- A revista Veja foi a verdadeira, ou pelo menos a única, culpada pela barriga?

Vou começar pela segunda questão. Não tenho a menor intenção de defender a revista Veja, mas é difícil entender porque o repórter demorou onze anos para se retratar. Ele pode até alegar que sucumbiu à pressão da empresa na época, mas poderia ter feito o mea culpa logo que saiu da revista. A Isto É também não pode receber o título de baluarte da ética, pois publicou a mesma manchete. E procedimento idêntico tiveram jornais importantes como a Folha de São Paulo e o Estadão. Além disso, o deputado Benito Gama e os quatro jornalistas citados por Luis Costa Pinto negam a sua versão. O próprio Ibsen afirma que o repórter pediu auxílio a ele para se lembrar de alguns fatos. Como abandonou a reportagem e enveredou pela assessoria parlamentar e o lobby político como atividades profissionais, Costa Pinto pode, no mínimo, ser questionado sobre a possibilidade de suas declarações servirem a interesses partidários.

Tudo é, no mínimo, muito estranho, mas o fato concreto é que o deputado Ibsen Pinheiro foi o verdadeiro prejudicado. E assim respondo à segunda questão, concluindo que ele jamais irá recuperar o momento político em que vivia na época, quando era uma dos mais fortes candidatos à presidência da república. Sua carreira foi interrompida por erros da imprensa, e não há como retomá-la. Recentemente, ele foi o vereador mais votado na eleição municipal em Porto Alegre, sua cidade natal. Mas isso é muito pouco para quem estava cotado para o Palácio do Planalto. Para muitos dos que tomaram conhecimento da retratação, ainda há dúvidas sobre sua inocência. Como disse, em jornalismo não há fibrose, pois as feridas abertas pela difamação jamais cicatrizam.

Também não há gradações quando o assunto é falta de ética. Pode causar a ruína de uma carreira, como foi o caso Ibsen, ou algumas manchas no currículo. Não importa. Mesmo que a indignação seja maior em exemplos como o da Escola Base, as penalidades não devem ser menos rígidas para casos como o da reportagem de Larry Rother sobre o presidente Lula, publicada no New York Times em 2004. Rother escreveu sobre o suposto excesso de Lula com bebidas alcoólicas, mas só ouviu fontes notoriamente contrárias ao presidente e interessadas em manchar a sua imagem. Foi anti-ético e merecia ser punido. Mas de que forma, se não existe legislação específica? Um processo por difamação demoraria anos e o sujeito ainda é estrangeiro. O que fazer, então?

Atormentado, o governo reagiu de forma exagerada e inadequada. O visto do correspondente americano foi suspenso e a opinião pública, que estava solidária ao presidente, voltou-se contra ele. Apenas como parênteses, há dúvidas se um conselho de jornalismo, por exemplo, teria legitimidade para punir Rother, mas a inexistência de um fórum adequado foi ainda mais desastrosa. Entretanto, o que realmente interessa neste artigo é discutir como se forma a opinião pública e se ela se baseia em preceitos éticos.

Qualquer consenso é muito perigoso, e deve ser relativizado. Na década de 1920, Walter Lippmann, autor do célebre livro *Public Opinion*, já alertava que a democracia é um sistema essencialmente falho, pois o povo só conhece o mundo de forma indireta, através de imagens que forma por intermédio da imprensa. Para Lippmann, essas

imagens são distorcidas e marcadas pelas irremediáveis fraquezas do jornalismo, portanto, apenas reforçam a ignorância. A opinião pública, então, acaba facilmente manipulada. E a forma mais utilizada para a manipulação é recorrer a padrões maniqueístas de análises. “Os cidadãos são como espectadores de teatro que chegam no meio do terceiro ato e vão embora antes da última cortina, ficando no local apenas o tempo suficiente para decidir quem é o herói, quem é o vilão,” conclui Lippmann. O problema é que essa decisão também está condicionada.

O presidente George W. Bush foi um dos governantes que mais utilizou o maniqueísmo para manipular a opinião pública. Curiosamente, essa foi a mesma arma usada contra ele por seus inimigos. Bush usou o medo do terrorismo para fazer sua campanha à reeleição, diferenciando os que são a favor ou contra a América pelo critério de adesão ou não às decisões de seu governo. A imprensa americana embarcou na onda. Um ano após a guerra do Iraque, o próprio New York Times reconheceu que errou ao concordar com o presidente sobre a presença de armas químicas no país. Em um editorial, o jornal admitiu que não ouviu opiniões discordantes e baseou sua “certeza” em altos funcionários da inteligência. Além disso, assim como quase todos os outros veículos de imprensa, também não publicou as declarações de jovens soldados dizendo que não queriam voltar para o Iraque, conforme mostrou o filme Fahrenheit 11 de setembro.

Aliás, esse filme também é um clássico exemplo de falta de ética. Minha hipótese, no entanto, é a de que não foi só a imprensa (ou o cineasta Michael Moore) a faltar com o decoro. Defendo a tese de que, em determinado momento, o próprio povo americano não estava interessado na verdade, mas sim em ter um inimigo para combater. A ética ficou em segundo plano. Da mesma forma, os inimigos de Bush não se preocuparam com a veracidade das informações veiculadas por Michael Moore, pois o objetivo era destruir o presidente. Ou seja, partiu-se da estúpida lógica de que os fins justificam os meios.

Mesmo sem ter a menor simpatia por Bush, é possível citar pelo menos 10 mentiras no filme de Moore. Mas vou ficar apenas com duas para não me alongar: 1- A informação de que Bush passou 42% dos primeiros oito meses de mandato em férias contabiliza os fins de semana em Camp David e até feriados. O número correto seria 13%. 2- A insinuação de que Bush recebeu delegados do Talibã quando era governador do Texas também não procede. Na verdade, eles visitaram a empresa Unocal para tratar de um projeto sobre um gasoduto, que, inclusive, foi apoiado pelo presidente Clinton.

O que quero mostrar é a conivência da própria opinião pública com a falta de ética. E isso só aumenta o perigo. Com o suposto objetivo de fazer o que se considera justo (derrubar Bush, por exemplo), as mensagens dos detratores do presidente valem-se dos próprios métodos que condenam. E a opinião pública “compra” essas mensagens até com mais facilidade, pois elas vêm carregadas de espetacularização e reforçam os preconceitos e estereótipos. A verdade acaba esquecida, ofuscada pelo panfleto e pelo drama. A ética é pisoteada pelo maniqueísmo.

Foi assim também no processo Casa Pia, em Portugal, que apurou o envolvimento de personalidades em um escândalo de pedofilia. Durante o processo, apareceu uma carta anônima incriminando o presidente Jorge Sampaio. O Jornal de Notícias, um dos mais importantes do país, publicou a notícia e, em duas semanas, a popularidade do Chefe de Estado caiu 10 pontos. A autoridade mais importante da República, que também é uma

instituição, pode e deve ser investigada. O que não pode é ficar à mercê de denúncias anônimas. O caso teve tanta repercussão em Portugal que gerou discussões sobre alterações da lei de violação do segredo de justiça. A ex-presidente do sindicato dos jornalistas, Diana Andriga, chegou a dizer que o processo Casa Pia estava sendo julgado não pelos juízes, mas pelos profissionais da imprensa, “alguns dos quais orientados por critérios alucinados.” Ela chamou os colegas de corporativistas e os acusou de “fazer a inquisição e encontrar pedófilos em todas as esquinas.” Mas os jornais venderam como nunca. Ou seja, a população foi agendada pelos acontecimentos veiculados na mídia e se fascinou com eles.

A imprensa portuguesa também acabou fazendo um mea culpa, assim com o New York Times no caso da inexistência de armas químicas no Iraque. Como consequência, muitos jornais determinaram mudanças nas relações de seus repórteres com as fontes. O The Washington Post, por exemplo, estabeleceu novas regras para o uso de fontes confidenciais e declarações em suas páginas. Um grupo de trabalho liderado pelo editor executivo Leonard Downie Jr, criou os seguintes procedimentos:

1. Todas as declarações devem ser transcritas exatamente como foram colhidas pelos repórteres.
2. Se o repórter quiser utilizar uma fonte confidencial, sua identidade deverá ser revelada pelo menos um editor.
3. Entrevistas em off, sem que a fonte se identifique de forma alguma, não serão mais publicadas. É recomendável ao repórter que não se envolva mais nesse tipo de conversa.
4. Informações sem atribuição de fonte, mas com algum tipo de identificação, podem ser utilizadas desde que respeitada a regra 2. Exemplo: “um funcionário da Casa Branca disse...”

O objetivo do Washington Post foi evitar a perda de credibilidade que um escândalo como de Jayson Blair, que inventou fontes em suas reportagens, poderia acarretar. Mas será que as medidas são suficientes? Além disso, será que Blair foi o primeiro repórter a inventar declarações?

A conclusão deste artigo não é muito otimista. O denunciamento é apenas parte do preço que a sociedade paga pela lógica comercial da produção de notícias. Ele está na ponta um longo processo de desgaste da atividade jornalística, cujas consequências mais imediatas já podem ser sentidas nas mudanças de relacionamento dos jornalistas com suas fontes e em novas regras de conduta determinadas pelas redações. Mas há dúvidas sobre a eficácia dessas medidas na instauração de um jornalismo mais ético e responsável.

Como o tecido atingido pela calúnia não se regenera, as feridas abertas pela difamação não cicatrizam. Não há fibrose no jornalismo e a sociedade sabe disso. Para uma instituição que deveria mediar o espaço público contemporâneo, a opinião que o próprio público tem sobre ela não é das melhores. Kovach e Rosenstiel citam pesquisa do Comitê dos Jornalistas Preocupados realizada em 1999 cujos dados revelam que apenas 21% dos americanos acreditam que a imprensa está realmente preocupada com as pessoas. Em 1985, esse índice era de 41%. Os números também são preocupantes no que concerne ao papel de vigilância da imprensa: em 1985, 67% dos americanos acreditavam nele; em 1999, apenas 58%. E só 45% acham que a imprensa protege a democracia, um índice que diminuiu 10 pontos em relação a 1985.²³

A notícia é um produto à venda e está exposta na vitrine do capitalismo industrial. Como define Ciro Marcondes Filho, no livro *O capital da Notícia*, “ela é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais.” O público é tratado com um consumidor inserido na lógica comercial, que fabrica ícones e veicula situações inusitadas ou irreverentes. Em outras palavras, entretenimento e espetáculo.

Muito pouco para quem espera um sentido de relevância pública nas notícias. Ou, pelo menos, a cicatrização de antigas feridas.

O que parece quase impossível, pois, como sabemos, no jornalismo não há fibrose.

*** O jornalista Felipe Pena é professor do mestrado e do doutorado em Comunicação da UFF, no Rio de Janeiro. Autor de sete livros na área, entre eles “Teoria do Jornalismo”, de onde foram retiradas estas reflexões, Pena também é professor visitante da Universidade de Salamanca, na Espanha, e editor-chefe da revista *Contracampo*.**